V - inserir e monitorar o cadastro de usuários no sistema para recebimento de denúncias *online*;

VI - propor ao Diretor diretrizes e metas ligadas à sua área de atuação, visando à melhoria do serviço;

VII - desempenhar outras atividades correlatas e/ou atribuídas de acordo com as funções do órgão; e

VIII - atribuir ao Gerente de Monitoramento de Resolutividade Criminal e ao Gerente de Monitoramento Institucional a realização de outras atividades.

Art. 11. O Coordenador de *Call Center* tem as seguintes atribuições:

I - coordenar, fiscalizar e orientar as atividades da equipe do *Call Center*;

II - treinar a equipe de atendentes do *Call Center*;

III - fiscalizar a qualidade de atendimento do serviço;

IV - propor melhorias e sugerir soluções para problemas técnicos, no intuito de melhorar a qualidade de atendimento;

V - identificar as prioridades materiais e equipamentos necessários para a execução do serviço;

VI - elaborar e encaminhar relatórios mensais sobre a sua área de atuação ao Diretor; e

VII - desempenhar outras atividades correlatas e/ou atribuídas de acordo com as funções do órgão.

Art. 12. O Gerente de Ocorrências Criminais tem as seguintes atribuições:

I - monitorar as denúncias e fazer mapeamento por natureza, identificando autores, locais e a forma como ocorrem;

II - encaminhar relatórios mensais à Coordenadoria de Análise sobre informações relevantes de crimes, identificando autores, quadrilhas, rotas e etc;

III - produzir relatórios de inteligência (relint) para subsidiar operações policiais em determinado bairro/município;

IV - auxiliar a Coordenadoria de Análise no encaminhamento de denúncias;

V - subsidiar a Coordenadoria de Análise com informações específicas das atividades pertinentes à sua área de atuação;

VI - propor às Coordenadorias aperfeiçoamento das rotinas ligadas à sua área de atuação, visando à melhoria do serviço; e

VII - desempenhar outras atividades correlatas e/ou atribuídas de acordo com as funções do órgão;

Art. 13. O Gerente de Denúncias Funcionais tem as seguintes atribuições:

I - monitorar o andamento das apurações das denúncias que foram encaminhadas aos órgãos Corregedores que compõem o Sistema de Segurança Pública, elaborando relatórios mensais às Coordenadorias;

II - auxiliar a Coordenadoria de Análise no encaminhamento de denúncias;

III - subsidiar a Coordenadoria de Análise com informações específicas das atividades pertinentes à sua área de atuação;

IV - propor às Coordenadorias aperfeiçoamento das rotinas ligadas à sua área de atuação, visando à melhoria do serviço; e

V - desempenhar outras atividades correlatas e/ou atribuídas de acordo com as funções do órgão.

Art. 14. O Gerente de Monitoramento de Resolutividade Criminal tem as seguintes atribuições:

I - inserir resposta e monitorar a resolutividade das denúncias encaminhadas;

II - acompanhar e repassar à Coordenadoria de Resultados a resolutividade das denúncias;

III - redirecionar os dossiês finalizados quando faltarem dados conclusivos na resolutividade ou as respostas inseridas apresentem informações incompletas;

IV - subsidiar a Coordenadoria de Resultados com informações específicas das atividades pertinentes à sua área de atuação;

V - propor às Coordenadorias aperfeiçoamento das rotinas ligadas à sua área de atuação, visando à melhoria do serviço; e

VI - desempenhar outras atividades correlatas e/ou atribuídas de acordo com as funções do órgão.

Art. 15. O Gerente de Monitoramento Institucional tem as seguintes atribuições:

I - gerenciar banco de dados com as informações recebidas pelo serviço do Disque-Denúncia 181 e repassar as consideradas relevantes às Coordenadorias para providências de praxe;

II - acompanhar e orientar os servidores cadastrados no sistema sobre quaisquer dúvidas que surjam relativamente à utilização do sistema, bem como ao preenchimento de respostas;

III - elaborar relatórios mensais às Coordenadorias sobre o quantitativo de denúncias encaminhadas, abertas e finalizadas, mantendo atualizados os registros;

IV - subsidiar a Coordenadoria de Resultado com informações específicas das atividades pertinentes à sua área de atuação;

V - propor às Coordenadorias aperfeiçoamento das rotinas ligadas à sua área de atuação, visando à melhoria do serviço; e

VI - desempenhar outras atividades correlatas e/ou atribuídas de acordo com as funções do órgão.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. A política de acesso às informações e o processo de atendimento por parte dos servidores do Sistema de Segurança Pública e outros órgãos externos deverão ser baseado na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso às informações de qualquer cidadão e de servidores públicos, observando a publicidade como preceito geral e o sigilo como exceção.

Art. 17. O Disque Denúncia deverá apresentar ao plenário do Conselho Estadual de Segurança Pública - CONSEP, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação do decreto de homologação da Resolução nº 399/CONSEP/2020, um protocolo sobre os níveis de sigilo e restrições de informações, em observância do art. 6º e seguintes da Lei nº 12.527, de 2011, para aprovação e posterior aplicação aos casos concretos.

Parágrafo único. A necessidade de sigilo será explicada ao interessado, observando-se o disposto no § 4º do art. 11 da Lei nº 12.527, de 2011.

Art. 18. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas poderá ser classificada em ultrassecreta, secreta ou reservada, observado o seu teor e a sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, conforme disposição dos incisos do art. 23, da Lei nº 12.527, de 2011. Parágrafo único. É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção.

Art. 19. Fica o Disque-Denúncia 181 autorizado a propor unificações de serviços de denúncias anônimas locais, municipais, estaduais ou federais por meio de convênios e termos de cooperação, conforme a atribuição e o interesse dos entes da federação, a fim de facilitar a melhor operacionalização dos serviços.

Parágrafo único. Os convênios e termos de cooperação devem ser submetidos à análise, a parecer e à aquiescência do Secretário de Segurança Pública, com o apoio da Procuradoria-Geral do Estado e ciência do Conselho Estadual de Segurança Pública - CONSEP.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. O presente Regimento Interno poderá ser alterado, parcial ou totalmente, por proposta expressa da maioria absoluta dos Conselheiros do CONSEP ou pelo Diretor do Disque-Denúncia, encaminhada por escrito ao Presidente do CONSEP.

Parágrafo único. A alteração parcial ou total do Regimento Interno deverá ser encaminhada para homologação pelo Governador do Estado do Pará.

Art. 21. A Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP, assegurará a estrutura Administrativa necessária ao desempenho das atribuições do Disque-Denúncia.

Art. 22. A Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP, desenvolverá e implementará sistema informatizado, tipo central de atendimento, a ser utilizado pelo Disque-Denúncia, que permita o registro das informações sobre denúncias recebidas, os encaminhamentos realizados e o monitoramento dos procedimentos dele resultantes.

Art. 23. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na presente regulamentação serão dirimidas por decisão da maioria simples dos Conselheiros presentes, durante plenário do CONSEP.

Art. 24. Este Regimento Interno, aprovado pelo plenário do Conselho Estadual de Segurança Pública, entrará em vigor na data de sua publicação, após a homologação pelo Chefe do Poder Executivo.

D E C R E T O Nº 1.254, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020

Cria o Assentamento Sustentável denominado VILA ELIM I, no Município Moju, Estado do Pará.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 135, incisos V e VII, da Constituição Estadual, e Considerando que o art. 239, da Constituição do Estado do Pará, determina que as terras públicas, na área rural, sejam destinadas para assentamento agrícola, preferencialmente de trabalhadores rurais que utilizam a força de trabalho da própria família;

Considerando que o art. 35, da Lei Estadual nº 5.849, de 24 de junho de 1994, estabelece que sejam prioridades da ação fundiária do Estado o assentamento do pequeno produtor rural e a regularização das terras cultivadas pelos que nelas residem;

Considerando o que disciplina o Decreto Estadual nº 2.280, de 24 de maio de 2010, que cria o Pró-Assentamento Estadual (PROA-PA) e os Projetos Estaduais de Assentamentos;

Considerando a reorientação da política fundiária do Estado do Pará no combate à grilagem e recuperação de terras públicas estaduais, principalmente aquelas necessárias à reforma agrária e a necessidade de indicar e afetar terras públicas estaduais destinadas à criação de projetos de assentamento;

Considerando que o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) é o ente executor da política fundiária do Estado do Pará em tudo quanto se referir às suas terras devolutas, a teor do art. 2º da Lei nº 4.584, de 1975 e art. 1º Lei Estadual nº 8.878, de 8 de julho de 2019, cabendo-lhe, entre outras atribuições, a de extremar o patrimônio público do particular;

Considerando a necessidade de compatibilizar as ações de regularização fundiária com as diretrizes e metas do Plano Nacional de Reforma Agrária e a necessidade de serem instituídas diferentes modalidades de assentamentos, que favoreçam as variadas formas de acesso e uso dos recursos naturais;

Considerando, ainda, a necessidade de promover o desenvolvimento de atividades agropecuárias que propiciem às populações, delas dependentes, uma base econômica autossustentável e assegurem a manutenção das condições naturais, bem como a necessidade de demonstrar aos futuros beneficiários da reforma agrária a intenção do Estado em criar assentamento estadual;

Considerando, finalmente, o que consta da Portaria nº 861, de 11 de novembro de 2020, da Presidência do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 34.403, de 12 de novembro de 2020, e o que consta do Processo nº 2018/263159, D E C R E T A:

Art. 1º Fica criado o Assentamento Sustentável (AS) denominado Vila Elim I, representados pela ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA ÁREA CASA GRANDE, VILA PIRES E VILA NOVA, localizada no Município de Moju, possuindo área de 2.418,0523 ha (dois mil quatrocentos e dezoito hectares cinco ares e vinte e três centiares), para o assentamento de 61 (sessenta e uma) famílias, cujo limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes no memorial descritivo elaborado pelo Técnico em Agrimensura Wendel Franklin Cipriano da Silva TD/PA nº 11.214, credencial In-cra:E25, nos seguintes termos: Partindo do marco E25-M-10569, de coordenada N = 9.696.725,60m e E = 677.583,80m; deste, segue pelo lote ocupado por Margem direita do Igarapé Açú, com a seguinte distância